

Constituintes pedem mais prazo para emendas

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu ontem do Presidente do PFL, Marco Maciel, do Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e de mais de 30 Deputados apelos para que aumente por mais alguns dias — pelo menos até o dia 8 — o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Ulysses informou que decidirá hoje — último dia do prazo —, mas, segundo Marco Maciel, pareceu bastante sensibilizado pelos pedidos de prazo maior.

O Presidente do PFL argumentou que é necessário mais tempo para entendimentos sobre os temas polêmicos, como o novo sistema de governo. Segundo Maciel, estes entendimentos devem ser feitos antes que o projeto vá a plenário, pois, se os resultados das negociações não forem transformados em emendas, dificilmente haverá acordo no plenário.

Maciel acredita que o adiamento não prejudicará a obediência aos prazos finais da Constituinte, pois, se houver entendimento, a votação será mais rápida.

O sistema de governo a ser adotado no País ainda confunde o PMDB e o Governo. Nada menos do que quatro propostas estão na mesa de negociações. O Executivo propõe presidencialismo com restauração de algumas prerrogativas do Congresso ou parlamentarismo com o Primeiro-Ministro nomeado e demitido por decisão do Presidente da República. O PMDB quer parlamentarismo puro, defendido por setores progressistas, e presidencialismo mitigado, proposto pelo Presidente do partido, Ulysses Guimarães.

Em uma das propostas do Governo, as lideranças do PMDB reconhecem alguma possibilidade de entendimento: no presidencialismo sugerido pelo Governo poderá ser inserida uma cláusula estipulando que um terço dos Ministros serão parlamentares. Neste caso, dos atuais 27 Ministros, nove seriam Deputados ou Senadores. Hoje, apenas o Ministro da Educação, Jorge Bornhausen



Chiarelli, Maciel e Lourenço, à direita, pedem a Ulysses mais tempo para negociar os pontos polêmicos da Carta

(PFL-SC), tem mandato de Senador.

Ainda não há, entretanto, de parte do Governo, definição sobre o tipo de emenda que será apresentada por parlamentares da confiança do Presidente José Sarney ao substitutivo de Cabral. Existe, até mesmo, a hipótese de apresentação de duas propostas diferentes, que tramitariam paralelamente na Comissão.

Essa estratégia, se concretizada, permitiria à bancada governista manobrar no plenário da Comissão para fundir as duas propostas ou, em última análise, aprovar, por meio da votação de destaques, a que julgar mais conveniente.

No sistema de governo presidencialista estudado por assessores do Palácio do Planalto e discutido em várias reuniões com o Presidente Sarney, ao Congresso caberia o direito de votar moções de censura a Ministros. Além disso, o Executivo teria a iniciativa de legislar apenas por decreto-lei, submetido a exame do Parlamento. Ao Legislativo caberiam privativamente a proposição de projetos-de-lei e emendas constitucionais.

Já no parlamentarismo com "características presidencialistas", como define o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), um dos principais negociadores em nome do Presidente Sar-

ney, também em análise das lideranças do Governo e de assessores do Palácio do Planalto, o Presidente asseguraria a indicação e demissão do Primeiro-Ministro, cujo nome seria examinado pelo Parlamento.

A proposta de Ulysses Guimarães, encomendada ao jurista Miguel Reale Júnior, prevê um sistema parlamentarista "mitigado". O Executivo teria um "Ministro Coordenador", passível de moção de censura do Congresso apenas pelo quórum qualificado de dois terços dos votos.

A sugestão do Presidente da Constituinte foi apresentada aos Líderes do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, Luís Henrique, em reunião na noite de segunda-feira, na residência oficial do Presidente da Câmara. Apesar do entusiasmo de Ulysses, o presidencialismo "mitigado" não agradou aos dois líderes. Politicamente, Fernando Henrique e Luís Henrique consideram a proposta "menos avançada" do que as postas em negociação pelo Governo.

Ainda do ponto de vista político, Fernando Henrique chegou a ponderar com Ulysses que sua sugestão dividiria irremediavelmente a bancada do partido, facilitando a aprovação em plenário de qualquer das suges-

tões do Governo. O alerta do Senador partiu da constatação de que os defensores do parlamentarismo puro vão permanecer unidos e, em caso de derrota do sistema que defendem, tentarão fixar o mandato presidencial em quatro anos.

As negociações do Governo com o PMDB estão sendo conduzidas pelo Líder do Governo no Congresso, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), por Prisco Vianna, amigo pessoal do Presidente Sarney, e pelo Deputado Albérico Filho (PMDB-MA), que presidiu a Comissão de Sistema de Governo e é primo do Presidente. Independentemente da articulação desenvolvida por seus representantes no Congresso, o Presidente Sarney tem se empenhado, pessoalmente, em convencer Deputados e Senadores a votar pelo sistema presidencialista.

Em face disso, causou estranheza, no Congresso, a declaração do Deputado Expedito Machado (PMDB-CE), principal líder do grupo "Centro Democrático", de que o Presidente Sarney lhe garantira, em audiência, que sua principal preocupação era a institucionalização do regime democrático, independente do sistema de governo, parlamentarista ou presidencialista.

Parlamentaristas rejeitam proposta de presidencialismo com Congresso forte

BRASÍLIA — As principais lideranças parlamentaristas na Constituinte repeliram a proposta do Presidente José Sarney de um presidencialismo com o Poder Legislativo fortalecido. Os que defendem a mudança do sistema de governo não aceitam a possibilidade de o Presidente rejeitar um veto do Congresso Nacional à indicação de um Ministro como propõe o Palácio do Planalto.

Segundo o Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), seria melhor até mesmo que o Poder Legislativo não votasse, para não correr o risco de ter uma decisão sua revogada pelo Poder Executivo. A seu ver, a sugestão apresentada pelo Governo "não é capaz de sensibilizar nenhum parlamentar, pois a sua prática acaba desmoralizando o Congresso Nacional".

Também o Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) discordou da fórmula presidencialista proposta pelo Presidente José Sarney. Para ele, "a sugestão não é capaz de edificar um bom mecanismo de governo, pois acaba provocando conflitos e dificulta a administração pública". Egídio esteve ontem no Palácio do Planalto, em audiências com Sarney e com o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Também conversou com o Deputado Expedito Machado, que lá se encontrava. Em nenhum momento, segundo disse, o Presidente lhe apresentou qualquer proposta. No entanto, Ronaldo Costa Couto afirmou-lhe que o Governo permanece disposto a defender sua proposta. Egídio respondeu-lhe que o grupo parlamentarista não vai abrir mão de suas proposições.

Por sua vez, o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, considerou a tentativa do Governo de influir nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte como "uma tática do Palácio do Planalto". Ele disse que o mais legítimo é a negociação. E acrescentou que "qualquer tentativa de desmoralizar a Constituinte não leva a lugar nenhum e traz consequências danosas".

Se o Planalto faz valer suas imposições e sai vitorioso — explicou Fernando Henrique — o poder constituinte fica desmoralizado e a vitória não tem méritos. Se o Planal-



Egídio Ferreira Lima conversa, no Planalto, com Expedito Machado

to impõe e é derrotado, instala-se uma crise.

O Líder do PMDB está certo da vitória da tese parlamentarista na Comissão de Sistematização e no próprio plenário da Constituinte. Ele chegou a ressaltar que mesmo no PFL não há unanimidade em torno do presidencialismo, como já afirmou o próprio Senador Marco Maciel, Presidente do partido. Fernando Henrique Cardoso ressaltou ter conversado com o Senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), que se mostrou um parlamentarista convicto.

O grupo parlamentarista esteve ontem com o "Grupo dos 32", buscando apoio para a sua proposta de alteração do sistema de governo. O Senador José Fogaça (PMDB-RS) levou ao encontro uma proposta em que a adoção do parlamentarismo se daria seis meses após a promulgação da nova Carta e nos seis meses seguintes não seria permitida moção de censura ao Executivo. Com isso, o Presidente Sarney teria o prazo de um ano para efetivar a transição do presidencialismo para o parlamentarismo.

Fogaça aceita a realização de um plebiscito para a decisão sobre o sistema de governo, desde que envolva também a questão do mandato do atual Presidente.

Grupos abandonam idéia de acordo sobre sistema de governo e mandato

BRASÍLIA — O sistema de governo, o mandato presidencial e o sistema eleitoral não estão sendo objeto de negociação entre o "Grupo dos 32" e o "Grupo do Consenso". Reunidos no Instituto Israel Pinheiro, eles decidiram ontem não tentar o acordo em torno desses pontos, que são responsáveis, inclusive, pela formação de outros grupos. Chegaram, porém, a uma definição sobre a anistia: vão representar a emenda do Senador José Agripino (PFL-RN), que amplia os benefícios para os cabos, soldados e sargentos já anistiados em 1965, mas exclui os marinheiros cassados por questões administrativas. Os funcionários de empresas privadas, demitidos por motivo político, também serão beneficiados.

A reforma agrária foi outro ponto que não obteve consenso entre os grupos, que fizeram modificações nos capítulos referentes à educação, saúde e sistema tributário.

O Deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) informou que, pela emenda elaborada pelos dois grupos, os Estados e municípios vão contribuir com o orçamento de saúde (30 por cento do orçamento da seguridade). Outra proposta que obteve consenso foi a de que a Constituição deve estabelecer o salário família, salário maternidade e o salário desemprego, sem fixar, porém, os percentuais.

O Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), do "Grupo Interpartidário", disse ter ficado praticamente decidido a destinação de 18 por cento do orçamento da União para a Educação. Os parlamentares discutiriam também, segundo ele,

a proposta da censura classificatória, melhor explicitação da composição do Conselho de Comunicação e a homologação das concessões pelo Congresso.

A transformação do Supremo Tribunal Federal (STF) em Corte Constitucional, composta por 15 ministros, indicados pelo Presidente e pelo Congresso, com mandato de nove anos, foi analisada mas não se chegou a um consenso. Preparada pelo Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), a proposta mantém os atuais ministros vitalícios, apenas aumentando a composição da Corte. Como o "Grupo dos 32" quer manter o Supremo como está no projeto de Cabral, o "Grupo do Consenso" vai apresentar a emenda de Vivaldo.

O "Grupo do Consenso" acenou com mais uma alteração na reforma agrária, na tentativa de convencer os "moderados" a aceitarem a imissão na posse do imóvel rural como está no substitutivo. A proposta prevê um prazo intermediário de 60 dias para que o juiz delibere sobre a função social da terra e mais 30 para que o Incra mantenha ou desista do processo de desapropriação. Os "moderados" não aceitam e querem garantir o direito de propriedade, com a devolução das terras desapropriadas quando o juiz considerar que cumprem função social.

No capítulo referente às Forças Armadas, o "Grupo dos 32" vai apresentar uma emenda sugerindo que elas sejam responsáveis pela "defesa da Pátria, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem". O "Grupo do Consenso" quer manter o texto do projeto de Cabral.

Sinonímia

O VERBO mitigar significa suavizar, abrandar, acalmar, atenuar, aliviar, amansar.

PODE-SE imaginar o Brasil sob um presidencialismo suave, brando, calmo, atenuado, aliviado, manso?

EM contrapartida, como definir o impacto de um parlamentarismo áspero, severo, nervoso, exacerbado, bravo?

SÃO ESSAS, no entanto, as opções a que pode nos arrastar o equivocado processo de formulação constitucional que se desenrola em Brasília. Basta o dicionário para lhe denunciar as contradições e a ausência de nexo.

Foto de Juan Carlos Gómez